



A DEFESA NACIONAL

O Fator Militar na Política de Fixação da Fronteira Oeste do Brasil

Silvino da Cruz Curado*

O artigo mostra como o fator militar, apesar da modéstia da sua expressão, conseguiu materializar no terreno as diretrizes que a política portuguesa definiu para a fixação das fronteiras ocidentais do Brasil.

Em meados do século XVIII, o limite oeste do Brasil continuava a ser, na letra dos tratados, a famosa linha das 370 léguas acordadas em Tordesilhas.

Ultrapassaram-na os bandeirantes, abrindo caminho aos garimpeiros que se foram instalando cada vez mais a oeste, até se chocarem com os jesuítas espanhóis nas margens do Rio Guaporé.

Chegara o momento de fixar os novos limites entre os domínios das duas Coroas peninsulares.

D. João V, com o eficiente apoio de Alexandre Gusmão, conseguiu levar a Espanha a aceitar uma nova base jurídica para o estabelecimento dos referidos limi-

tes, fixando o Tratado de Madri, de 1750, que cada parte havia de ficar com o que possuía à exceção de mútuas cessões.

Genericamente, a fronteira a oeste ficou definida pelos Rios Paraguai e Guaporé, devendo os espanhóis abandonar a aldeia jesuíta de Santa Rosa e qualquer outra existente a oriente desse último rio.

É interessante recordar que o Tratado visava à paz perpétua na região pois, ainda que rompesse a guerra entre Portugal e Espanha, a mesma não se deveria estender à América Meridional.

Triunfara a política que dava, ao Brasil, as dimensões continentais que hoje o caracterizam.

E a paz, essa tão justa aspiração dos povos, seria observada naquelas remotas

* General do Exército Português.

fronteiras na forma utópica que o Tratado estabelecia?

É o que vamos ver depois de uma curta referência à zona geográfica de que nós estamos a ocupar, isto é, a da antiga Capitania de Mato Grosso e Cuiabá.

Criada em 1748, quando ainda se negociava o Tratado de Madri, correspondia, de forma aproximada, aos atuais estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tendo uma superfície superior à de Angola.

Em tão imensa vastidão, existiam apenas a Vila de Cuiabá e vários arraiais de garimpeiros, quer nas proximidades da referida povoação, quer nas do Rio Guaporé.

No resto do território, dominavam os índios, os quais tinham, agora, oportunidade de se vingarem, nas "monções" que se deslocavam de São Paulo, da ação devastadora que os bandeirantes lhes haviam movido um século antes.

Do planalto mato-grossense desciam inúmeros rios de duas das maiores bacias hidrográficas do mundo, a Amazônica e a do Prata, rios esses que constituíam, pelo menos de início, as únicas, extensas e bem difíceis vias de comunicação.

Quer as margens do Rio Guaporé, já na selva amazônica, quer as do Rio Paraguai, correndo para sul, eram alagadiças. Acresce que as deste último eram periodicamente inundadas, durante meses, no conhecido Pantanal, cujas dimensões são superiores a duas vezes as de Portugal.

Em toda a região, o paludismo, o máculo e outras terríveis doenças dizimavam os recém-chegados, em especial os menos adaptados.

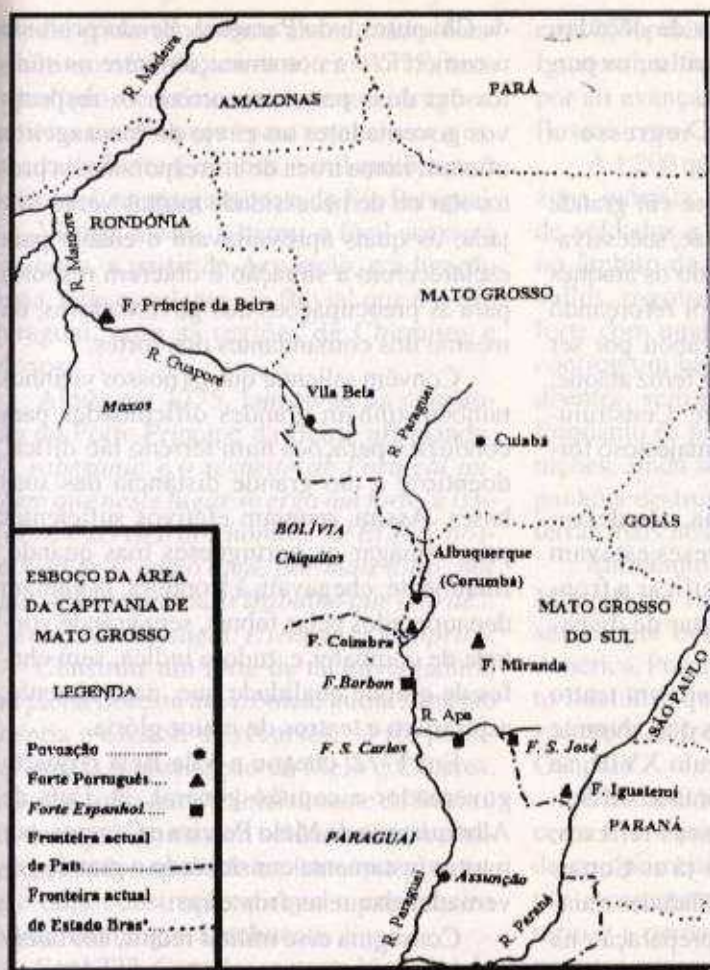
A escassez dos mais elementares recursos era total, sendo o seu transporte uma verdadeira odisséia. Tinha que se lutar contra a

distância, as cachoeiras dos rios, a selva e um sem-número de outras dificuldades.

Vejamos um exemplo. Vila Bela da Santíssima Trindade, a futura capital, foi edificada a 2.000 quilômetros de Belém do Pará, atingindo o percurso fluvial entre ambas mais de 4.500 quilômetros, o equivalente à distância, em linha reta, de Lisboa aos Montes Urais. Como agravante, haveria que vencer o trecho encachoeirado dos rios Madeira e Mamoré que, ao longo de 420 quilômetros, obrigava a descarregar vinte vezes as canoas, a transportá-las e a sua carga por trilhos a abrir na selva, e a voltar a carregá-las depois de vencido cada obstáculo. E tudo isso sob chuvas e trovoadas equatoriais, ataques de índios, febres e outros flagelos. Sete longos e agastados meses levou o percurso ao segundo governador e capitão-general, um pouco mais que o normal por se fazer acompanhar de alguma artilharia.

Ora, foi a esse fim do mundo que chegou, em 1751, D. Antônio Rolim de Moura, o primeiro governador e capitão-general, com instruções bem precisas para a sua atuação. Deveria criar a sede do Governo bem à frente, junto ao Rio Guaporé e manter toda a vigilância, a fim de impedir que os espanhóis se assenhoreassem da navegação daquele rio. Por outras palavras, havia que garantir a posse das minas e assegurar a sua comunicação com Belém.

Rolim de Moura era o homem para a missão. Com ele, Portugal planejou e iniciou a construção, no Brasil, de uma capital regional, uma Brasília do século XVIII, a 2.000 quilômetros da costa, numa época em que as colônias inglesas da América do Norte não se haviam estendido para além de 500 quilômetros, e só três das suas cidades se afastavam 100 quilômetros do mar.



No cumprimento do Tratado, teve o governador que levar os espanhóis a abandonar a já referida aldeia de Santa Rosa e toda a margem oriental do Guaporé. Fizeram-no contrariados e na disposição de ali regressarem na primeira oportunidade.

Não admira, por isso, que tenha sido sempre lá que, nas três décadas iniciais da capitania, sucessivamente, materializassem ameaças à posse portuguesa.

Cedo começaram os incidentes e escaramuças o que obrigou, entre outras medidas, à ocupação militar de Santa Rosa e, mais tarde, em 1760, à construção, no lo-

cal, sob a forma de paliçada, do Forte de Nossa Senhora da Conceição.

A força militar da capitania começou com uma Companhia de Dragões a 54 homens. Em 1763, contava a força com 260 dragões, pedestres e aventureiros. Em 1769, criou-se a "Legião de Cuiabá", a 6 companhias, que era uma tropa de milícias já com alguma organização e enquadramento.

E foi com essa força mista, de cerca de 700 homens, que durante o resto do século XVIII se teve que fazer face a situações bem difíceis.

Existiam ainda as Ordenanças, destinadas à defesa local. Só que a pressão das circunstâncias obrigou a utilizá-las, frequentemente, nas mais sacrificadas condições.

Com a assinatura do lacônico Tratado de El Pardo, em 1761, que repôs os limi-

tes de Tordesilhas, logo os espanhóis intimaram o governador a evacuar o forte onde este se encontrava sem ainda ter conhecimento do novo acordo das Cortes.

Escudando-se na falta de ordens de Lisboa, Rolim de Moura, dando o tom do que seria no futuro a postura de firmeza militar da capitania, respondeu ao padre que lhe transmitira o ultimato: "*Sua Reverendíssima havia de ter conhecimento, pela História, que nunca os grandes oficiais espanhóis haviam causado temor aos portugueses*".

Seguros, agora, da sua razão, iniciaram os nossos vizinhos uma série de movimen-

tações de tropas que, ao longo de décadas, se propunham, no mínimo, expulsar os portugueses da antiga Santa Rosa.

Mas seria possível o regresso a Tordesilhas?

Do lado português, sempre em grande inferioridade numérica, foram-se, sucessivamente, repelindo ou dissuadindo os ataques enquanto, por outro lado, se foi reforçando e remodelando o forte que acabou por ser parcialmente destruído, não por feroz ataque, mas por uma cheia do Guaporé. Construiu-se, então, nas proximidades, o majestoso forte do Príncipe da Beira.

Este, pela sua imponência, não deixava dúvidas de que os portugueses estavam ali para ficar. Acabou por pacificar a fronteira do Guaporé sem necessitar de disparar um tiro!

Mato Grosso era, no Brasil, um teatro secundário em relação às lutas que, durante toda a segunda metade do século XVIII, se travaram no Prata e no Rio Grande do Sul. Mas sempre lá chegaram os seus reflexos, por vezes tão tardiamente que já as Coroas tinham acordado o fim das hostilidades e ainda estas se encontravam em preparação na longínqua fronteira oeste, acabando por decorrer "em diferido". Por outro lado, chegou-se ao extremo de se ter conhecimento, em Vila Bela, do fim de um conflito cuja existência ainda ali se desconhecia.

Havia que contar, fundamentalmente, com os escassos meios humanos e materiais da capitania, pois os reforços também limitados de Belém, de Goiás ou de São Paulo levavam vários meses a chegar.

Naturalmente, a iniciativa pertencia aos espanhóis, pelo que se impunha manter um permanente e bem difícil esforço de informações, procurando detectar qualquer levantamento de forças nas províncias dos Moxos,

de Chiquitos e do Paraguai. Sendo proibido o comércio e a comunicação entre os súditos das duas partes, recorriam os respectivos governadores ao envio de mensageiros oficiais, numa troca de correspondência protocolar ou de necessidade muitas vezes forçada, os quais aproveitavam o ensejo para esclarecerem a situação e obterem resposta para as preocupações dos governadores, ou mesmo dos comandantes dos fortes.

Convém salientar que os nossos vizinhos também tinham grandes dificuldades para conduzir operações num terreno tão difícil, doentio e a tão grande distância das suas bases. Assim, reuniam efetivos suficientes para esmagar os portugueses mas quando, finalmente, chegavam à fronteira, já vinham depauperados pelas febres, sem grande vontade de combater e, tudo o indica, sem chefes de grande qualidade que, naturalmente, aspirariam a teatros de maior glória.

Em 1772, chegou a Vila Bela o quarto governador e capitão-general, D. Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, por muitos justamente considerado o grande governador daquelas fronteiras.

Conseguia esse militar reunir, aos talentos da sua profissão, a visão geopolítica, a habilidade diplomática, a competência administrativa e uma grande determinação.

Encontrou sem acordo e definição a precária fronteira existente, num estado de tensão que podia a qualquer momento resvalar para a guerra.

O governador não só reforçou a segurança ao longo do Guaporé, na seqüência do que vinham fazendo os seus antecessores, como adaptou uma nova estratégia, que consistia em ir ocupando uma faixa de terreno a oeste do referido rio, por forma a garantir cobertura a Vila Bela e às suas comunicações e, ainda, a virar-se para o sul da capita-

nia, até então totalmente abandonado. Nesse último sentido, enviou, em 1775, uma expedição de cerca de duzentos dragões, milícias e ordenanças para estabelecer a estacada do Forte Coimbra, a mil quilômetros de Cuiabá, na margem oeste do Rio Paraguai.

Visava, assim, a barrar o fácil acesso à capitania, a partir de Assunção, e a ligação desta, pela excelente via fluvial que é o Rio Paraguai, com as regiões de Chiquitos e Moxos.

Ainda em 1775, lançou-se na construção do Forte Príncipe da Beira, afirmando: *"A soberania e o respeito de Portugal impõem que neste lugar se erga um forte, e isso é obra e serviço dos homens de El-Rei, nosso Senhor e, como qual, por mais duro, por mais difícil e por mais trabalho que isso dê... é serviço de Portugal. E tem de se cumprir"*.

Construir um forte de tal envergadura, em plena floresta amazônica, numa zona tão doentia e escassa de recursos, só foi possível graças à obstinação de Melo e Cáceres. Até a cal tinha que vir inicialmente de Belém. As doenças vitimavam soldados e trabalhadores, sendo sepultado no forte que projetara e cuja construção dirigia o engenheiro militar Domingos Sambuceti.

Em 1777, Cevallos, o novo Vice-Rei do Prata, comandando a maior expedição que a região jamais conhecera, conquistou sem dificuldade, a Ilha de Santa Catarina e a Colônia do Sacramento, e tudo indicava que ia atuar em todas as fronteiras a seu cargo incluindo as que confinavam com Mato Grosso.

Melo e Cáceres preparou-se para a luta, mobilizou, organizou, equipou e dispôs todas as forças disponíveis, cujo comando assumiu num posto avançado. O governador de Santa Cruz, subordinado de Cevallos, reconheceu o dispositivo português, averiguou da sua determinação e achou preferível limitar-se a vigiar a fronteira.

No sul de Mato Grosso fora fundado,

em 1767, pela capitania de São Paulo, o Forte Iguatemi, a fim de evitar que os espanhóis por ali avançassem e cortassem as ligações fluviais com Cuiabá e Vila Bela.

A 1.200 quilômetros de São Paulo, numa zona inóspita, constituiu-se num cemitério de soldados e colonos. Quando, em 1777, no âmbito da já referida ofensiva de Cevallos, o governador do Paraguai atacou o forte com uma força de 3.000 homens, encontrou um bando de miseráveis, famintos, doentes, sem pagamento e sem esperança. Enquanto os postos avançados tiveram munições, ainda se defenderam. Depois, os espanhóis destruíram o forte e regressaram a terras mais hospitaleiras.

Entretanto, morto D. José, afastado o Marquês de Pombal e sob pressão dos desaires que ocorriam às nossas forças na América, Portugal assinou o Tratado de Santo Ildefonso que, no referente a Mato Grosso, repôs a fronteira nos Rios Paraguai e Guaporé.

Melo e Cáceres teve então que convencer a Corte portuguesa dos inconvenientes do cumprimento do Tratado na sua capitania. Acarretaria a devolução de largo território e a perda do exclusivo da navegação no terço superior do Rio Paraguai.

Foi-se esquivando às conversações com a Comissão Espanhola de Demarcações de Limites, enquanto continuava a fundar e fortificar povoações na região fronteiriça. Destas, destaca-se Albuquerque (atual Corumbá), a oeste do Rio Paraguai, que procurava atenuar o grande vazio que ia até o Forte Coimbra.

Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres chegara por três anos e regressava, agora, passados dezessete, deixando uma obra espantosa que não cabe nestas palavras. No que respeita às fronteiras, resistiu a todas as pressões, e não largou um só palmo do largo território que incorporara ao Brasil.

Logo a seguir, ainda em 1970, começaram os problemas no sul. Exigiu-se o abandono do Forte Coimbra e das restantes posições ocupadas na margem oeste do Paraguai.

Felizmente, no ano seguinte, coroando um longo e paciente trabalho de aliciamiento, conseguiu-se a aliança com os Guaicurus, os temíveis índios cavaleiros, fato que iria ter a maior importância para os interesses luso-brasileiros.

Os espanhóis preparavam-se para ocupar o sul da capitania. Fundaram o Forte Borbon, 235 quilômetros a sul de Coimbra, e os Fortes de S. Carlos e de S. José, na margem sul do Rio Apa. Para além disso, incursionaram profundamente no nosso território, perseguindo os referidos índios, numa região a que aspiravam sem razão.

Em 1797, ficando novamente tensas as relações entre Portugal e Espanha, confiou, o capitão-general, o comando da fronteira sul ao melhor oficial de que dispunha, o Tenente-Coronel engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra. Tratava-se de um militar de exceção que, desde 1782, vinha prestando excelentes serviços a Mato Grosso, dirigindo a parte final das obras do Príncipe da Beira e as de Vila Bela e efetuando levantamentos cartográficos e estudos dos recursos da região.

Chegado a Coimbra, logo destacou outro excelente oficial, o ajudante Francisco Rodrigues Prado, para fundar o Forte Miranda, destinado a negar a ocupação do sul da capitania.

Face à precariedade da estacada de Coimbra, decidiu Ricardo Franco construir, nas proximidades, um forte de pedra, *"quasi sem despesa da fazenda real, servindo ele de architecto, de feitor, de mestre pedreiro e carpinteiro"*.

Com tão poucos meios, não admira que, em 1801, quando foi atacado pelo governador do Paraguai, D. Lázaro Ribera, o forte

ainda não estivesse fechado na face oposta ao Rio Paraguai.

Contava somente com cinco canhões de tão curto alcance que não atingiam o meio do rio, pouca munição e *"no armazém apenas meio saco de farinha, um saco de arroz e couza de cinco libras de toucinho"*. Por guarnição havia cinquenta praças.

Na sua frente surgiram quatro navios com doze canhões capazes de bater o forte fora do seu alcance, e seiscentos homens de desembarque. Seguiam-nos dezenas de canoas com índios e, por terra, marchava uma força de duzentos homens conduzindo um rebanho que não conseguiu chegar ao local.

Ao arrogante ultimato de Lázaro Ribera, deu Ricardo Franco uma resposta que, nem por ser conhecida, deixa de emocionar quem a recorda.

"Tenho a honra de responder categoricamente a V. Ex^a que a desigualdade das forças sempre foi um estímulo que animou os portugueses, por isso mesmo, a não desampararem os seus postos, e a defendê-los até às duas extremidades ou de repelir o inimigo, ou a sepultarem-se debaixo das ruínas dos Fortes que lhes confiaram. Nesta resolução se acham todos os defensores deste Presídio, que têm o prazer de verem em frente a excelsa pessoa de V. Ex^a a quem Deus guarde muitos anos."

Lutou-se de 16 a 24 de setembro, sendo o forte atingido, só nesse último dia, por cerca de cem granadas. Depois, como por milagre, a frota inimiga partiu rio abaixo...

Possivelmente nunca saberemos, ao certo, o que motivou tão rotundo fracasso, dado que Lázaro Ribera eliminou todos os registros da expedição e os historiadores espanhóis e paraguaios não a referem nos seus escritos.

Mato Grosso estava de novo salvo e ainda capaz de retaliar. Francisco Rodrigues Prado, o comandante do Forte Miranda, com

cinquenta e quatro homens e grande ousadia assaltou e destruiu o Forte de S. José, no Rio Apa.

O fator militar, apesar da modéstia da sua expressão, conseguiu materializar no terreno as diretrizes que a política portuguesa definiu.

As demarcações da fronteira não se chegaram a fazer então, mas de Tordesilhas já ninguém falava. E Portugal lá deixou, como marcos, povoações e fortificações construídas e conservadas à custa de muitos sacrifícios e vidas que permitiram à eficiente diplomacia do Brasil independente, por vezes também apoiada na força das armas, consolidar o seu vastíssimo território.

Ricardo Franco de Almeida Serra fez-ra escola. Em 1864, durante a avassaladora invasão paraguaia, o comandante do Forte Coimbra respondeu a novo e igualmente arrogante ultimato: *"... segundo os regulamentos e ordens que regem o Exército Brasileiro, a não ser por ordem de autoridade superior, a quem transmite neste momento cópia da nota a que responde — só pela morte e honra das armas a entregará (a fortaleza); ..."*

Mato Grosso, uma Capitania de minas de ouro!

Mato Grosso, onde Rolim de Moura apanhou várias doenças, ensurdeceu e teve que contrair algumas dívidas. Onde o governador seguinte se queixava que o soldo não dava para "a quina e a água de Inglaterra", os antipalúdicos da época. Onde dois outros governadores sucumbiram ao máculo e ao paludismo. Onde Ricardo Franco morreu no seu forte, pobre e amargurado por não ter com que amparar dois filhos que tivera de uma índia. Onde Francisco Rodrigues Pra-

do saiu de Miranda endividado, doente e incapaz para o serviço, mas ainda se lhe exigiu uma diligência a Chiquitos donde regressou para logo morrer.

Mato Grosso, uma Capitania de minas de ouro!

Onde sempre faltou a artilharia, as munições, a alimentação, os medicamentos, o fardamento e até as parcas remunerações. Onde milicianos que se levavam de suas casas, sem nada ganhar, para lugares perdidos na distância, ficavam esquecidos sem a prometida rendição...

Soldados a quem tudo se exigia e nada se dava. Soldados que, apesar de tudo isso, chegado o momento do perigo, se bem comandados, ainda se agigantavam e praticavam o

impossível!

Agora, que as "Novas Histórias" ignoram batalhas, heróis e até reis, não será o momento de também sobre os militares se fazer a história dos que nunca a tiveram?

Honra ao Exército Brasileiro que, conhecedor profundo do território do seu grandioso País, sabe apreciar quanto ele se ficou a dever a tais esquecidos antepassados.

Ricardo Franco é patrono dos engenheiros militares e dá o nome à Brigada com sede em Corumbá.

Por sua vez, a Brigada com sede em Porto Velho, capital da Rondônia, ostenta com orgulho, no seu Estandarte Histórico, *"o contorno planificado do Forte Príncipe da Beira, em ouro, tendo ao centro as Armas Reais do Príncipe da Beira nas suas cores"*.

Finalmente, a Divisão com sede em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, festeja, a Melo e Cáceres, como seu patrono. □

Agora, que as "Novas Histórias" ignoram batalhas, heróis e até reis, não será o momento de também sobre os militares se fazer a história dos que nunca a tiveram?

BIBLIOGRAFIA

- ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1968.
- AVELLAR, Hélio de Alcântara. "Administração Pombalina", in *História Administrativa do Brasil*, vol. 5, Brasília, Editora da UB e FUNCEP, 1983.
- BARRETO, Coronel Annibal. *Fortificações do Brasil (Resumo Histórico)*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958.
- BARROS, J. C. Freitas. *Um português no Brasil*. Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Governador de Capitão General de Mato Grosso e Cuyabá, Lisboa, 1948.
- CÂMARA, João Pedro da. "Carta de um sobrinho do Conde de Azambuja para D. Luiz da Cunha de 1765", *Boletim de Arquivo Histórico Militar*, vol. XII.
- CORTE-REAL, João Afonso. *Anal de Vila Bela da Santíssima Trindade desde o descobrimento do sertão de Mato Grosso*, no ano de 1734, Lisboa, Memória apresentada ao Congresso Luso-Brasileiro de História, 1940.
- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Lisboa Livros Horizonte, 1984, 4 vols.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. *Nas selvas amazônicas*, São Paulo, Gráfica Biblos, 1961.
- FONSECA, João Severiano. *Viagem ao redor do Brasil 1875-1878*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1986, 2 vols.
- FREYRE, Gilberto. *Contribuição para uma sociologia da biografia. O exemplo de Luiz de Albuquerque, Governador de Mato Grosso no fim do século XVIII*, Lisboa, Academia Internacional de Cultura Portuguesa, 1968.
- FURTADO, Maj Sebastião da Silva. *Cel Ricardo Franco de Almeida Serra*, Rio de Janeiro, Ministério da Guerra, 1960.
- GARRIDO, Carlos, "Fortificações do Brasil", separata do III vol. dos *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1940.
- HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. PERFIL DE UM POVO, vol. 1, Brasília, Estado-Maior do Exército, 1972.
- LEAL, Paulo Nunes. *Cel Ricardo Franco de Almeida Serra*, Porto Velho, Universidade Federal de Rondônia, 1987.
- MAGALHÃES, Cel João Batista. *A evolução militar do Brasil (Anotações para a História)*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958.
- MELLO, General Raul Silveira. *História do Forte de Coimbra*, Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, 1958-1961, 4 vols.
- . *Para além dos bandeirantes*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1968.
- . "Bicentenário do Forte de Coimbra", *Revista do IGHMB*, Rio de Janeiro, 1976.
- MONTEIRO, Cel Jonathas Costa Rego. "Formações de Mato Grosso", *Anuário Militar do Brasil*.
- MOURA, Carlos Francisco. *O Forte de Coimbra*, Cuiabá, edições UFMT, 1975.
- NOTICIÁRIO DO EXÉRCITO, nº 7477, Brasília, Centro de Comunicação Social de Exército, 1988.
- NUNES, Carlos Francisco e ADONIAS, Isa. *Real Forte Príncipe da Beira*, Rio de Janeiro, Fundação Emília Odebrecht, 1985.
- SOARES, José Carlos de Macedo, "Fronteiras do Brasil no Regime Colonial", in *Anais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 9, Rio de Janeiro, 1944.
- TAUNAY, Afonso D'E. *Na era das bandeiras*, São Paulo, Editora Companhia de Melhoramentos de São Paulo, 2ª ed., 1922.
- VIANA, Hélio. *História das Fronteiras do Brasil*, Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1948.
- WEHLING, Arno. "Administração Portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)", in *História Administrativa do Brasil*, vol. 6, Brasília, FUNCEP.